

Agência e estrutura na teoria do capitalismo de Max Weber

Agency and structure in Max Weber's theory of capitalism

PEDRO ROCHA FLEURY CURADO | pedro.917@gmail.com
Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ.

Recebimento do artigo Setembro de 2018 | **Aceite** Novembro de 2018

Resumo Max Weber tornou-se conhecido por defender o papel das ideias para o surgimento do capitalismo moderno, enfatizando a transformação nas práticas e no comportamento racional do indivíduo. Entretanto, parte importante de seus últimos estudos dedicava-se também a explorar o capitalismo em uma escala macro-sociológica, mais próxima à ideia de um sistema dotado de uma dinâmica interna própria e características estruturantes. Nessa linha, o presente trabalho objetiva discutir a teoria do capitalismo de Max Weber contrapondo-a aos estudos empíricos realizados pelo autor. Toma-se como principal referência a discussão teórica exposta em “Economia e Sociedade” e a leitura histórica proposta no livro “História Geral da Economia”. Argumenta-se existir, na teoria do capitalismo desenvolvida pelo autor, uma tensão entre a metodologia proposta, focada no sentido subjetivo da ação social do indivíduo, e os estudos históricos e comparados, mais associados a uma abordagem estruturalista. **Palavras-Chave** Max Weber, capitalismo, metodologia, sociologia econômica, história institucional.

Abstract Max Weber became known for advocating the role of ideas for the emergence of modern capitalism, emphasizing the transformation in individual's practices and rational behavior. However, an important part of his later studies was also devoted to exploring capitalism on a macro-sociological scale, closer to the idea of a system endowed with its own internal dynamics and structural characteristics. In this line, the present work aims to discuss the theory of capitalism of Max Weber linking to his empirical studies. The theoretical discussion presented in “Economy and Society” and the historical reading proposed in the book “General History of the Economy” are taken as the main reference. It is argued that in the theory of capitalism developed by the author there is a tension between the methodology, focused on the subjective meaning of individual's social action, and the historical and comparative studies, more associated with a structuralist approach. **Keywords** Max Weber, capitalism, methodology, economic sociology, institutional history.

Introdução

Max Weber (1864-1920) é especialmente conhecido pela obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual destaca as transformações no campo das ideias e dos valores como fatores a serem considerados dentre aqueles que contribuíram para o surgimento do capitalismo. Entretanto, a despeito de um amplo trabalho comparativo sobre a dimensão econômica da ética religiosa, Weber desloca o eixo da análise sobre o capitalismo nos últimos anos de vida, especialmente no período em que lecionava economia na Universidade de Viena e, posteriormente, na Universidade de Munique. Esses últimos estudos estariam expressos em passagens de duas obras póstumas: “Economia e Sociedade”, publicada em 1922, e “História Geral da Economia”, publicada em 1923. Ambas foram organizadas e publicadas a partir de textos não ordenados deixados pelo autor e suas anotações de aula, sem que tenha existido uma aprovação formal do próprio Weber para a divulgação. Levando-se em consideração as teses desenvolvidas especialmente nesses dois últimos trabalhos, a presente pesquisa objetiva apresentar e discutir a gênese e o desenvolvimento do capitalismo moderno em Weber a partir da contraposição entre a teoria exposta no livro “Economia e Sociedade” e os estudos históricos comparados apresentados neste mesmo livro e em “História Geral da Economia”. Nestes dois livros Weber busca tratar o capitalismo como um objeto de pesquisa sistemático e exaustivo para além dos ensaios relacionados à sociologia das religiões.¹ Em suma, busca-se conhecer como Weber constrói uma teoria do capitalismo moderno e como essa teoria é usada para a realização de análises empíricas.

No primeiro volume de “Economia e Sociedade” Weber enfatiza, como principal eixo de análise, o processo de racionalização da vida material nas sociedades do Ocidente europeu, sendo este fator apresentado como um dentre aqueles responsáveis pela emergência de um capitalismo com características modernas. Essa abordagem teórica estaria, portanto, associada ao papel do agente e à criação de uma tipologia que diferencia as ações sociais dos indivíduos conforme seus objetivos. Entretanto, os estudos comparados da obra “História Geral da Economia” abordam transformações da vida material de sociedades a partir de uma escala macro sociológica, apresentando seus aspectos estruturantes.

Ao longo do texto, argumentar-se-á que Weber explora as tensões entre agência e estrutura quando define o capitalismo moderno como objeto da análise, sem expor uma síntese para essa aparente justaposição. Ainda que sua formulação teórica parta de um individualismo metodológico, o autor não se limita às prescrições metodológicas e teóricas por ele mesmo formuladas. A tensão entre agência e estrutura será explorada ao longo do texto a partir de exemplos de formações sociais transformadas (ou criadas) pelo advento do capitalismo, como trabalho assalariado, Estado, comércio e burocracia.

Em todos esses casos, o desenvolvimento do capitalismo moderno trouxe consigo um amplo processo de racionalização das atividades e práticas humanas, resultando na criação de novos mecanismos voltados para o incremento da capacidade de tornar as ações individuais mais previsíveis, controladas, rotineiras e economicamente orientadas. O desenvolvimento do capitalismo teria sido possível graças à criação de uma ampla e coordenada estrutura formada por instituições sociais, culturais, políticas e econômicas voltadas para a sistemática padronização do comportamento individual em detrimento de sua liberdade de ação. Para Weber, o advento do capitalismo não se explica unicamente pelo agente produtor da ação ou pela estrutura capaz de normatizar os comportamentos individuais, mas sim por uma relação tensionada entre as duas abordagens.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, discute-se os principais conceitos apresentados pelo autor no âmbito do desenvolvimento de uma so-

1 Max Weber desenvolve estudos sobre a dimensão econômica dos princípios religiosos especialmente em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1904) e “Ensaio reunido de sociologia da religião” (1917/1920).

ciologia econômica expressa no primeiro volume de “Economia e Sociedade”. Na segunda, aborda-se especificamente a história do “capitalismo racional” apresentada no livro “História Geral da Economia”. Por fim, examina-se a construção de uma abordagem sistêmica do capitalismo através de conceitos como “jaula de aço”.

1. O agente na sociologia econômica de Max Weber

O debate metodológico sobre o papel da agência e da estrutura nos estudos das Ciências Sociais existe desde a fundação da disciplina no século XIX. Max Weber ficou conhecido por centrar seus estudos no papel da agência, isto é, a concepção de ciência social que enfatiza o agente da ação e o significado que suas ações possuem, entendendo que estas carregam propósitos e intenções quando interagem com outros indivíduos. Com isso, o castelo teórico por ele desenvolvido estaria voltado, em primeiro lugar, para a compreensão das intenções, das motivações, dos interesses, dos valores que explicam o sentido da ação social produzida por um indivíduo sempre quando em interação com outros indivíduos.

Como outros cientistas sociais de seu tempo, Weber mantinha como principal objeto de estudo o advento das sociedades modernas, industriais e capitalistas. Entretanto, ao contrário de autores como Karl Marx que identificava um nexos causal entre o modo de produção e a superestrutura da sociedade, Weber percebia a esfera política dotada de uma dinâmica diferente daquela da esfera econômica. Como consequência, os indivíduos que agiam em cada uma dessas esferas o faziam a partir de objetivos distintos. O papel do cientista social seria, portanto, identificar e catalogar os tipos de orientações no plano das ideias e dos valores que guiarão as ações dos indivíduos em cada uma dessas esferas.

Por essa razão existe na sociologia weberiana uma diferenciação entre a sociologia política e a sociologia econômica. Enquanto a primeira estaria associada às formas de ação social com objetivos políticos, como por exemplo aquelas voltadas para a criação de mecanismos de liderança e dominação, a sociologia econômica, em contrapartida, buscaria identificar um tipo de ação social voltado para atingir objetivos econômicos. Na modernidade, o comportamento individual economicamente orientado estaria vinculado a um “espírito empresarial” racional, baseado no cálculo, no método e na previsibilidade. Como consequência, as formações sociais características da modernidade capitalista, como os bancos, a empresa moderna, cooperativas, a bolsa de valores, etc., seriam fruto das ações sociais de um conjunto relevante de indivíduos motivados por um comportamento empresarial racional e metódico característico de seu tempo. Dito de outra forma, ainda que a sociologia, por tradição, trate as formações sociais (como Estado, cooperativas, empresas, etc.) como se fossem indivíduos detentores de direitos e deveres, Weber lembra que “tais formações nada mais seriam do que desenvolvimentos e concatenações de ações específicas de pessoas individuais, posto que apenas estas seriam portadoras compreensíveis de ações orientadas por um sentido” (WEBER, 2009(a): 9).

Para a formulação de tipologias sobre os agentes econômicos, Weber utilizou o método indutivo e comparativo entre períodos da história e regiões. A obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” é, possivelmente, a expressão mais bem acabada da ênfase no papel da agência pelo método weberiano. A comparação com outros espaços culturais e temporalidades fez com que o autor identificasse na Europa ocidental a gênese do capitalismo moderno a partir da maneira como as motivações e os valores culturalmente disseminados através de uma religião passaram a nortear um comportamento individual padronizado que abrangia considerável fatia da sociedade. A racionalidade por detrás deste comportamento individual padronizado estaria em sintonia com as motivações que guiam as atividades econômicas

definidoras do capitalismo moderno. O tipo de sentido subjetivo definidor das ações economicamente orientadas do indivíduo no capitalismo moderno poderia, portanto, ser identificado ali.²

Em suma, o objetivo de Weber com a sociologia econômica era discutir formas de relações sociais entre indivíduos e organizações a partir de uma tipologia das ações sociais economicamente orientadas. Um exemplo da maneira como essa tipologia foi empregada está na diferenciação que o autor faz entre a “economia doméstica” e a economia voltada para a geração de lucros.

A “economia doméstica”, que possui no *oikos* a sua forma principal, seria caracterizada pela produção voltada para o consumo, sendo que apenas parte do excedente era vendido no mercado. Já a economia voltada para a geração de lucros teria sua maior expressão na empresa moderna e no método empregado para garantir a provisão de novas mercadorias e serviços. Diante dessa diferenciação entre organizações econômicas, Weber apresenta mais dois tipos de ação possíveis de se realizar tanto no *oikos* como na empresa moderna: a ação econômica “tradicional” e a ação econômica “racional”. Enquanto a ação econômica tradicional já se valia da moeda e de serviços relacionados ao dinheiro, a ação social econômica “racional” ocorria através da atividade bancária racional, orçamentos, ferramentas contábeis e método. Somente neste tipo de economia seria possível criar certos dispositivos como poupança, estruturação do consumo em termos de preferência, produção e comércio. A economia racional é, para Weber, a base material do capitalismo moderno (WEBER, 2009(a): 42). Com o advento do capitalismo moderno, o “tradicionalismo econômico” foi substituído por formas mais dinâmicas de gestão econômica (SWEDBERG, 2005: 56).

Ao longo das tipologias apresentadas no primeiro volume de “Economia e Sociedade”, Weber também busca compreender a forma como a dimensão do poder interage com a ação social econômica a partir da definição de três tipos de relações econômicas: luta, concorrência e seleção. Enquanto a luta se define pela busca, por parte de um dos lados, para impor seus interesses através da coerção, a concorrência é tida como uma forma de disputa pacífica. Por fim, a seleção representa um tipo no qual dois agentes são antagonistas, mas não possuem consciência disso (SWEDBERG, 2005: 58).

A concepção de poder imersa nas relações econômicas faz com que estas possam ser ainda definidas como relações “abertas” (associadas à ideia de livre mercado) ou “fechadas” (cartéis, monopólios, mercados internos de trabalho, etc.), sendo que ambos os tipos coexistem na economia capitalista moderna (SWEDBERG, 2005: 61). Segundo Weber, existe no capitalismo a tendência de se manter o mercado simultaneamente aberto e fechado, como em um movimento dialético:

Os interessados em sentido capitalista continuam desejando a crescente ampliação do livre mercado até que alguns deles se arriscam, mediante a compra de privilégios do poder político ou simplesmente graças a força de seu próprio capital, a conquistar monopólios para a venda de seus produtos ou para a obtenção de seus meios de produção materiais, fechando então, por sua vez, o mercado. Por isso, a apropriação completa de todos os meios de produção materiais é seguida primeiro do rompimento dos monopólios estamentais, quando os interessados no lado capitalista estão em condições de influenciar em favor de seus interesses as comunidades que regulam a propriedade de bens e a forma de sua valorização, ou quando no âmbito das comunidades estamentais monopolistas chegam a predominar os interesses por uma valoração no mercado do patrimônio apropriado (WEBER, 2009(a): 421).

2 Neste ponto, cabe destacar que Weber considera a sociologia econômica uma ciência abstrata e não histórica. Não se confunde, portanto, com a “história econômica”. A diferença central entre elas, para o autor, estaria no fato da sociologia procurar identificar conceitos de tipos e regras gerais dos acontecimentos, enquanto a história se basearia na imputação causal de ações, formações e personalidades culturalmente importantes. Ver Weber (2009(a): 12).

A dialética do mercado aberto e fechado torna-se mais clara quando Weber a exemplifica através do processo de formação histórica do capitalismo moderno racional e de tipo ocidental. Ali, os mercados romperam com os “monopólios de grupos de status” que resistiram às forças do mercado. A distinção entre tipos de mercado está expressa da seguinte maneira: o “monopolista estamental” domina através de mecanismos que restringem os mercados (vistos como ameaças), enquanto o “monopolista econômico racional” domina através do mercado, dado que sua situação econômica o capacita a atuar nas estruturas de poder do Estado (WEBER, 2009(a): 422). A ordem econômica, com isso, torna-se caracterizada por uma dinâmica própria definida pelo poder dos agentes capitalistas de controlar e dispor da economia para a satisfação de seus interesses.

Tais práticas contribuem para dar sustentação ao desenvolvimento do capitalismo moderno, posto que este estaria organizado em torno de comportamentos empresariais racionais que surgem somente no Ocidente.³ Entretanto, embora a abordagem weberiana proponha uma análise que se desenvolve a partir das motivações que orientam as ações sociais dos indivíduos, o autor logo relaciona a ação desses agentes com a maneira como instituições tais como mercados, burocracia, comércio, finanças, monopólios e o Estado racional-legal os enquadra.

Este é um ponto importante para o debate entre estrutura e agência na obra do autor. As instituições acima mencionadas são consideradas parte de uma estrutura que delimita os sentidos e as orientações das ações sociais de indivíduos em sociedades modernas. O conceito de estrutura refere-se a forma como se sustentam as maneiras como os seres humanos vivem, pensam, percebem e produzem, em uma analogia com a forma como um edifício é construído. Segundo esta imagem, portanto, o método “estruturalista” remeteria à identificação dos pilares de sustentação de uma obra arquitetônica.

A partir da segunda metade do século XIX, o termo “estrutura” adquiriu relevância para diferentes disciplinas das ciências humanas, como é possível verificar nas obras de autores como Karl Marx e Herbert Spencer. Já “estruturalismo”, segundo a definição de François Dosse, refere-se à identificação de um fenômeno durável que interliga de modo complexo as partes de um todo através de um significado mais abstrato (DOSSE, 2010: 884).

A abordagem focada na estrutura dos fenômenos sociais faz parte de certas correntes tradicionais das ciências sociais e, por diversas vezes, o debate acadêmico presenciou críticas advindas dessas correntes às proposições de autores que advogavam o individualismo metodológico. A ênfase sobre a agência chegou a ser debatida por pensadores da epistemologia como Louis Althusser e Gaston Bachelard, para quem as Ciências Sociais devem ter como unidade de análise as formações sociais (as estruturas), e não os indivíduos (TURNER, 1977:1).

Outro exemplo da crítica ao individualismo metodológico está presente nas “Regras do Método Sociológico” (1895), de Émile Durkheim. Para este defensor de uma perspectiva holística da sociologia, a sociedade é mais do que a soma de indivíduos, estando dotada de uma dinâmica própria. Mais do que isso, enquanto o fato social fosse reduzido à dimensão de um fato individual, a explicação sobre determinado fenômeno somente poderia ser falsa.

A ênfase que Weber concede à agência fez com que economistas, por vezes, o considerassem um economista neoclássico. Simon Clarke (1991), por exemplo, observa a existência de uma incontornável herança marginalista no eixo do pensamento weberiano. Segundo o autor, tal herança é especialmente

3 Weber reforça seu entendimento sobre a existência de um “excepcionalismo europeu”, cujo extraordinário desenvolvimento econômico estaria relacionado às transformações endógenas de cunho social, político, cultural e econômico. Como escreveu o autor, “apenas o Ocidente conhece empresas racionais capitalistas com capital fixo, trabalho livre e especialização e coordenação racionais do trabalho, bem como uma distribuição dos serviços orientada puramente pelos princípios da troca e realizada sobre a base de economias aquisitivas capitalistas. (...) Somente o Ocidente conhece o crédito público em forma de emissão de títulos rentáveis, a comercialização de títulos e os negócios de emissão e financiamentos como objetos de empreendimentos racionais, o comércio em bolsa de mercadorias e títulos, o mercado “monetário” e o “mercado de capital”, as associações monopolistas como formas de organização racional conforme os princípios da economia aquisitiva, para a produção empresarial de bens (e não apenas para a comercialização dos mesmos)” (WEBER, 2009(a): 110).

verificável no aspecto metodológico, e pode ser explicada pela influência que Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk produziram em seus estudos:

The methodological convergence between Weber's sociology and marginalist economist is only a symptom of their substantive affinity. The two shared a common liberal individualist starting point. Weber fully accepted that marginalism provided an adequate account of economic action in a capitalist and, at least at the economic level, of the origins of the specifically economic institutions of capitalist society. (...) What Weber rejected about marginalist economics was its "naturalism", and its implicit subordination of ethical and political ends to the single ideal of economic rationality. For Weber, by contrast, economic rationality could only be a subordinate ethical ideal (...). Thus, Weber sought to locate marginalist economics within a broader framework. In doing so, Weber was in no way distancing himself from the theoretical achievements of marginalism, but only from the exaggerated faith of some of the marginalists, most notably Menger and Böhm-Bawerk, in the virtues of economic liberalism (CLARKE, 1991: 255-256).

Weber, entretanto, jamais propôs uma teoria econômica, mas sim uma sociologia econômica cuja ação individual economicamente orientada é apenas uma das motivações possíveis, ao contrário do que apregoam as teses de Carl Menger. Para compreender o capitalismo, Weber problematizava uma série de instituições como o direito, o protestantismo, a igreja, a sociedade e a burocracia em seus estudos. Ocorre que tais formações eram sempre consideradas construções de tipo ideal que só existiam no campo das abstrações. Fiel à sua linha teórica, o autor defendia que a única coisa plausível de ser tratada como objeto tangível para a análise das Ciências Sociais seria o indivíduo. A sociedade, com isso, nada mais seria do que uma teia de inter-relações entre indivíduos que, por sua vez, produzem ações sociais dotadas de sentido subjetivo.

2. O desenvolvimento do capitalismo na "História geral da economia": o papel das instituições

Segundo Weber, o capitalismo é um fenômeno histórico universal possível de ser verificado em todos os contextos culturais do mundo. Entretanto, o capitalismo não se expressa de uma única forma no tempo e no espaço, existindo diferentes tipos de capitalismo ao longo da história. No capitalismo moderno e racional, o indivíduo que produz a ação social caracteriza-se por buscar obter seus objetivos econômicos através de um comportamento metódico e calculador. A obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo" descreve o moderno empreendedor de comportamento capitalista como aquele que busca criar uma maneira previsível de tornar possível o crescimento regular de seus lucros. Para tanto, organiza seu empreendimento de maneira inteiramente racional, gradualmente desprovido-se de considerações sobre a intervenção de elementos místicos ou religiosos transcendentais na condução de seu negócio. A racionalidade está, portanto, associada à internalização de um comportamento metódico fundado numa lógica matemática que possui reflexos diretos na execução das atividades econômicas.

Uma vez definido o comportamento do capitalista racional, o capitalismo como sistema moderno estaria caracterizado como tal não somente quando a maioria dos indivíduos de uma determinada comuni-

dade política adotassem um padrão de comportamento econômico condizente com o capitalismo, mas também quando as instituições que regulam e conferem os contornos do sistema pudessem operar de maneira a padronizar o comportamento dos indivíduos segundo princípios de eficiência, previsibilidade e método. Leis, Estado, mercado, moeda, escolas, etc., são instituições que contribuem para padronizar o comportamento econômico dos agentes sociais através da propagação de aspirações, motivações, interesses e valores compartilhados. Em outras palavras, a orientação subjetiva que passa a guiar as ações do indivíduo em suas interações sociais é profundamente influenciada pelas formações sociais presentes em sua comunidade política, pois estas representam as estruturas responsáveis pela reprodução da vida material.

No livro “História geral da economia”, Weber busca ler a história à luz dos conceitos apresentados em “Economia e sociedade”. Se neste o autor buscou definir um método de análise que partia da ação social, naquele o autor enfatizará o papel normatizador das instituições, sua capacidade de impor rotinas e padrões comportamentais através de princípios racionais de administração. Em particular, na série de estudos históricos e comparados exposta em “História geral da economia”, percebe-se o interesse do autor na racionalização dos processos de produção e organização do mercado e do trabalho para o processo de moldagem do capitalismo racional de tipo ocidental (TRIGILIA, 2002; SCHLUCHTER, 2014).

Para Weber, a organização moderna do mercado e do trabalho somente tornam-se possíveis por conta da emergência da contabilidade racional do capital, uma “norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” (WEBER, 1968: 250). Para que tal norma pudesse orientar o comportamento das empresas capitalistas, foi preciso que o ambiente no qual elas operavam fosse provido das seguintes condições prévias: 1) apropriação de todos os bens materiais de produção (a terra, aparelhos, instrumentos, máquinas, etc.) como propriedades disponíveis livremente para o uso das empresas lucrativas autônomas; 2) a liberdade mercantil; 3) A técnica racional, contabilizável e mecanizada na produção e na troca, sendo esta não somente restrita aos custos de produção, mas também ao de transporte de bens; 4) direito racional, i.e., direito calculável. Como argumenta Weber, “para que a exploração econômica capitalista proceda racionalmente precisa confiar que a justiça e a administração seguirão determinadas pautas” (WEBER, 1968: 251); 5) a existência de trabalho livre e assalariado, i.e., a existência de pessoas dispostas a venderem sua força de trabalho no mercado como resultado de constrangimentos jurídicos e econômicos. Como diz o autor, “apenas sobre o setor do trabalho livre resulta um cálculo racional do capital, i.e., quando, existindo trabalhadores que se oferecem com liberdade, no aspecto formal, mas realmente estimulados pelo látigo da fome, os custos de produção podem ser dados de antemão” (WEBER, 1968: 251); 6) a comercialização da economia, exemplificada pelos “títulos de valor” para os direitos de participação das empresas e, do mesmo modo, para os direitos patrimoniais. Por “comercialização” Weber entende a criação de títulos de participação de empresas, i.e., títulos de renda pública como é o caso dos títulos da dívida pública (como fundos públicos ou hipotecários).

Um ambiente composto por tais condições implicou na sedimentação de uma orientação exclusivamente mercantil e voltada para uma maior rentabilidade, tendo em vista a satisfação das necessidades dos agentes capitalistas. Weber argumenta que a formação de empresas monopolistas seria uma consequência dessa orientação e uma das principais características verificáveis nas transformações ocorridas na Europa do século XIX. A mudança ocorria em sincronia com inovações técnicas, ampliação dos mercados e mudanças na matriz energética. A descoberta e o uso do ferro, por exemplo, liberou a produção da dependência de meios orgânicos como a madeira. Com os transportes e, conseqüentemente, a integração dos mercados facilitados pelos serviços postais, comércio marítimo, navegação fluvial e estradas, o comércio atacadista separou-se definitivamente do comércio varejista. Já a especulação da Bolsa “experimentou uma expansão gigantesca com a construção de ferrovias, que lhe forneceu valores que aumentaram a especulação” (WEBER, 1968: 265).

Como se vê, os elementos de ordem estrutural que condicionam os comportamentos de organizações e indivíduos criando regras e delimitando o espaço para a ação social tornam-se o eixo de análise quando o autor empreende estudos com perspectiva histórica e comparada sobre a emergência e o desenvolvimento do capitalismo moderno.

3. Trabalho, Estado, comércio e a “jaula de aço”

No processo de identificação dos alicerces que sustentam o sistema capitalista, o autor identifica e define o papel de instituições sociais evidenciando as relações entre elas, como trabalho, Estado, cidades, produção, comércio e burocracia. O modo de interpretar cada uma delas será discutido a seguir.

3.1 A organização racional do trabalho livre e assalariado

Na revisão histórica proposta por Weber, o acúmulo de riquezas obtido pelo comércio triangular entre África, Américas e Europa aparece como um fator de pouca relevância para o advento do capitalismo moderno, pois o trabalho escravo teria um rendimento “desprezível” (WEBER, 1968: 268). Além disso, o próprio uso de força de trabalho escrava, submetida à severa disciplina nas plantações, constituía uma forma de impedimento para que a força de trabalho pudesse ser vendida livremente em troca de salários. Em suma, o comércio colonial não teria estimulado a organização do trabalho baseado nas possibilidades de mercado e no cálculo de rentabilidade, como pressupõe o capitalismo moderno de tipo ocidental, mas simplesmente teria se apoiado em um princípio espoliativo. Esse ponto é particularmente relevante pois reforça o papel central dedicado à organização racional do trabalho livre e assalariado para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Seguindo a cadeia de relações causais que explicam o desenvolvimento do capitalismo racional, Weber identifica na indústria inglesa três características decisivas para que esta assumisse a primazia da produção de manufaturados no Ocidente a partir do século XVIII: 1) a independência técnica permitida pela provisão de carvão e ferro, tornando a produção autônoma em relação à energia animal; 2) a mecanização do processo produtivo, graças a máquina a vapor, que “liberou a produção das barreiras orgânicas do trabalho” (WEBER, 1968: 273); 3) a ciência de bens econômicos traz consigo a libertação dos liames que atrelavam a produção à tradição. No que diz respeito ao processo de transformação do camponês em trabalhador urbano durante o período de florescimento da indústria, Weber aproxima-se da concepção de acumulação primitiva de Karl Marx.⁴

4 Segundo Weber, o recrutamento de trabalhadores para a nova forma de produção, tal como se encontra desenvolvida na Inglaterra, desde o século XVIII, à base da reunião de todos os meios produtivos em mãos do empresário, realizou-se através de meios coercivos bastante violentos, particularmente de caráter indireto, como a “Lei dos pobres” e a “Lei dos aprendizes”, da rainha Elizabeth. A expulsão dos pequenos agricultores e a transformação das terras de lavoura em campos de pastagem determinaram que o número de trabalhadores necessário na lavoura se tornasse cada vez menor, possibilitando que, na cidade, houvesse um excedente de populacional submetido ao trabalho coercivo. Quem não se apresentava voluntariamente era forçosamente conduzido às oficinas públicas. Ver WEBER, 1968: 274.

3.2 Estados e cidades, produção e comércio

Weber relaciona o advento da moderna indústria e do comércio com o surgimento do Estado moderno e o impacto do poder centralizado para a independência das cidades. Segundo o autor, é possível verificar no Estado ocidental uma instituição dotada de algumas particularidades, como o direito racional, o conceito de cidadão, o florescer de uma ciência racional que suplanta a magia na orientação dos afazeres cotidianos e uma técnica racional para a organização da produção e do comércio. Além disso, o Ocidente teria sido responsável pela produção de uma “ética racional de existência”, que reforçaria seu caráter excepcional em relação às demais regiões do mundo.

A ascensão da burguesia esteve associada ao crescimento dos centros urbanos como espaços de circulação de dinheiro e produção de receitas a partir do comércio. Uma das particularidades do ocidente europeu foi que a criação do Estado moderno por meio de uma estrutura burocrática centralizada que impediu a autonomia administrativa das cidades (COLLINS, 1980). Mais especificamente, como afirma Weber, as cidades tornaram-se instrumento do poder de Estados centralizados, que se valiam de sua vocação comercial e produtivista para extrair recursos para a guerra através de tributos e créditos. Este ponto é particularmente importante pois através dele Weber aponta como as dinâmicas características das relações competitivas entre Estados impulsionou a formação das estruturas de poder interna de Estados nacionais que buscavam tanto estimular a produção do excedente doméstico como promover a circulação de mercadorias em seu território visando, com isso, ampliar suas próprias fontes de receitas. Para tanto, foi necessário construir economias nacionais e assegurar a inclusão da burguesia dentro da estrutura de poder remodelada a partir do processo de centralização e sofisticação das técnicas de administração da economia (WEBER, 2009(b): 155-186). Dito de outro modo, a busca por um volume cada vez maior de receitas para prover os recursos necessários aos Estados, tendo em vista a competição com os demais, forjou o desenvolvimento de técnicas administrativas racionalizadas, de modo a tornar a administração pública mais eficiente e, sobretudo, previsível, cujo funcionamento estivesse pautado em uma lógica contábil.⁵

O capitalismo moderno somente pôde prosperar devido às suas características específicas, estreitamente associadas à transformação da estrutura de poder do Estado no Ocidente e da forma de se estabelecer relações comerciais e de produção entre agentes econômicos. Dito de outro modo, o capitalismo moderno é uma criação do Estado racional, ao mesmo tempo em que ele é um elemento decisivo na maneira como o Estado nacional irá se organizar administrativamente. Na visão de Weber, diferentes Estados e capitalismos existiam antes na Europa ou em outras regiões, mas o que irá caracterizar o florescimento do capitalismo moderno de tipo Ocidental é sua associação direta e incontornável com um aparelho burocrático estatal racionalmente organizado, dotado de instrumentos que permitem sua emergência e estabelecem as condições jurídicas e administrativas necessárias para a sua consolidação. Dessa maneira, Weber apresenta-se como um heterodoxo crítico à visão do capitalismo saudável dissociado de uma forte presença do Estado, tal como supunham autores da tradição liberal neoclássica (PEUKERT, 2004). Para Weber, não existiria separação possível entre o Estado racional e o capitalismo moderno de características ocidentais.

A política econômica estatal característica da era mercantilista incluía a criação de uma economia nacional (estímulo ao comércio e a produção nacional), o protecionismo e uma “guerra de monopólios” entre Estados para o controle das principais rotas no comércio de longa distância. Trata-se do período

5 Segundo Weber, “...as cidades ficaram privadas de sua liberdade, como ocorreu na Antiguidade, ao se instituir o domínio romano, sendo que, agora, ficaram sob o domínio de Estados nacionais competidores, que se encontravam em constante luta, pacífica ou guerreira, para conseguir a hegemonia. Esta luta ou competência criou as maiores possibilidades ao capitalismo moderno. O Estado isolado teve de concorrer para assegurar o capital, livre de movimentos, que lhe prescrevia as condições sob as quais podia prestar-lhe apoio para conseguir a condição burguesa nacional, a burguesia no sentido moderno da palavra. Portanto, é o Estado racional cerrado que assegura ao capitalismo as possibilidades de subsistência; enquanto não cede lugar a um imperialismo mundial, o capitalismo pode perder”. Ver WEBER, 1968: 297.

em que a aliança entre o Estado e os interesses capitalistas é forjada. Com ela, o caráter competitivo entre os poderes estatais adentraria uma nova dinâmica que integraria o Estado burocrático racional e a busca pelos lucros através da organização e controle do comércio e das finanças por agentes privados. Este aspecto foi desenvolvido de maneira detalhada no segundo volume de “Economia e Sociedade”.

3.3 As burocracias e a “jaula de aço”

A “jaula de aço” é uma alegoria do que Weber entende como a essência do capitalismo moderno. Este seria uma teia de inter-relações inanimadas construídas a partir de burocracias racionalizadas que operam nas esferas privadas e públicas das organizações da sociedade em busca de eficiência e previsibilidade. Estado e indivíduos passaram a ser orientados em termos regimentais-legais, com ações dotadas de uma racionalidade que os permite prever a ação dos demais e, com isso, exercer ações econômicas capazes de viabilizar os rendimentos do capitalismo moderno. O Estado racional-legal adota medidas para garantir certa previsibilidade econômica no comportamento dos cidadãos quando cria instituições voltadas para a padronização das ações economicamente orientadas. É preciso existir empresas racionalmente orientadas que lucrem com a atividade econômica.

A burocracia é a maior expressão da operacionalização eficiente e racional das administrações públicas e privadas. Ao identificar a ampla burocratização das atividades administrativas no capitalismo moderno, Weber discutiu também quais seus impactos para o desenvolvimento de um capitalismo concorrencial, competitivo e de mercado. Se, por um lado, a burocracia gera maior eficiência, por outro lado tende a rotinizar: não cria novas políticas e tampouco produz inovações, mas apenas age previsivelmente. A dinâmica burocrática gradativamente impõe um modo rotineiro de operar sobre o resto da sociedade, incluindo Estado e empresa. Até mesmo o político, cuja função é criar soluções para os problemas da sociedade, torna-se prisioneiro das normas, regras, práticas e procedimentos impostos por um aparelho estatal burocratizado em busca de eficiência. Sua capacidade de inovar se desfaz uma vez estrangido pela força da estrutura que sufoca qualquer ação não prevista ou padronizada.

A rotina burocratizada também tende a tolher a criatividade do empresário. Joseph Schumpeter (1942) argumenta que o empresário capitalista é aquele capaz de combinar de maneira inovadora as condições de produção presentes em um certo momento, criando novas formas de atividade econômica. Já Weber considera que o progressivo processo de burocratização da administração privada tende a dirimir a criatividade e a inovação na empresa capitalista. O papel da agência do político e do capitalista seriam, portanto, esmagadas pela força de estruturas administrativas normatizadoras que sufocam a liberdade de ação individual.

O conceito de “jaula de aço”, portanto, aproxima-se do entendimento do capitalismo como um sistema, enfatizando uma abordagem predominantemente estrutural. Alguns autores, como Talcott Parsons (1947), o interpretam como sinônimo para burocracia estatal nos textos de Weber. Entretanto, este deixa claro que o amplo processo de racionalização que culmina na burocratização rotineira das práticas não se limita, em qualquer hipótese, ao aparelho estatal, estendendo-se também para a economia. A impessoalidade, a previsibilidade, a rotina, a especialização do trabalho, a eficiência calculada e a extrema padronização do comportamento individual são consequências da racionalização das técnicas e das práticas. A burocracia que perpassa as organizações políticas, econômicas e sociais nada mais seria do que a expressão acabada deste amplo processo de racionalização das atividades humanas.

Entretanto, a burocracia, amplamente difundida como forma de administração técnica e racional, seria “uma máquina inanimada de espírito coagulado” (WEBER, 2009(b): 541). Weber chega a se referir ao capitalismo como um sistema de dominação absoluto e impessoal, no qual a liberdade de ação

“individualista” estaria em risco em decorrência desta tendência irresistível à burocratização (WEBER, 2009(B): 542). Como observou Michel Lowy, não existe, dentro da teoria weberiana, uma afinidade eletiva entre o capitalismo e a liberdade (LOWY, 2013: 72). Na teoria weberiana, a noção de que existe um “sistema” capitalista é apresentada através do conceito de “jaula de aço”.

Weber parte, portanto, de uma sociologia econômica centrada no papel da agência, mas não se limita a um objeto restrito e desenvolve pesquisas sobre temas em nível macro. Para estes casos, os estudos sociológicos baseados na análise histórica possuem uma relação explícita entre a ação social do indivíduo e as estruturas sociais.

A maneira como Weber propõe a articulação entre agência e estrutura o diferencia de outras correntes da sociologia histórica, como é o caso da abordagem eminentemente sistêmica proposta por Immanuel Wallerstein (2004) em sua teoria do sistemas-mundo. Como bem definiu Kalberg (1994), a relação explícita entre agência e estrutura nos textos de Weber ocorre através dos modos de padronização da ação. Agência e estrutura definem como a ação é destituída de seu fluxo amorfo para se tornar dirigida e adquirir um conteúdo regular e específico. Em outras palavras, o “estruturalismo” de Weber se refere, prioritariamente, aos mecanismos criados para se padronizar as ações individuais.

4. Considerações finais

Ao falar da jaula de aço, Weber concebe o capitalismo racional ocidental como um sistema total que, na busca por técnicas cada vez mais sofisticadas de controle, previsibilidade e eficiência, condiciona a vida dos indivíduos, restringindo a liberdade e a criatividade enquanto padroniza os comportamentos de indivíduos e organizações. A dimensão estrutural de sua análise adquire relevo e se sobrepõe ao papel de destaque anteriormente dado à ação social do indivíduo.

A relação entre os níveis micro, relacionado à ação do indivíduo, e macro-sociológico, das estruturas que circunscrevem o espaço de ação dos indivíduos (como burocracias, mercados e jurisdições), se entrelaçam quando Weber observa um processo amplo de racionalização das atividades mercantis e administrativas.

Não existe, portanto, uma contradição entre um método focado no papel do agente e as análises histórico-comparadas que evidenciam o papel das estruturas. O autor demonstra não se limitar às suas próprias prescrições metodológicas quando busca demonstrar a mudança social advinda com o desenvolvimento do capitalismo moderno através da ênfase na tensão entre estrutura e agência. Com isso, Weber buscava reforçar o caráter multicausal de um fenômeno complexo como era o capitalismo e suas múltiplas faces. É por enfatizar reiteradamente a importância de se compreender a cadeia de relações causais que explicam um fenômeno histórico como o capitalismo que Weber se negou a atribuir papel decisivo a uma das diferentes formações sociais por ele descritas, fosse ela o Estado, a burocracia, o comércio, os mercados, etc. O que faz a especificidade do capitalismo ocidental, e esta é uma questão importante para o autor, é a dinâmica entre um indivíduo que interage em sociedade dotando suas ações de sentido subjetivo e uma estrutura expressa na forma de instituições administrativas racionais que oprimem as liberdades individuais padronizando o comportamento individual e condicionando, de forma rotineira, sua capacidade de agir em sociedade.

Referências bibliográficas

- BENDIX, Reinhard. *Max Weber – an intellectual portrait*. New York: Anchor Books, 1962.
- CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology – From Adam Smith to Max Weber*. London: Palgrave Mcmillan, 1991.
- COLLINS, Randall. Last theory of capitalism: a systematization. *American Sociological Review*, v.45, n.6, p.925-942, dezembro 1980.
- DOSSE, François. Structuralisme. In: DELACROIX, Christian et al. *Historiographies II – concepts et débats*. Paris: Galimard, 2010.
- LAVAL, Christian. *L'ambition sociologique*. Paris: Gallimard, 2012.
- LOWY, Michael. *La cage d'acier – Max Weber et le marxisme wébérien*. Paris: Presse Universitaires de France, 2012.
- PARSONS, Talcott. *Max Weber: the theory of social and economic organisation*. Glencoe: The free press, 1947.
- PEUKERT, Helge. Max Weber: precursor of economic sociology and heterodox economics? *The American Journal of Economics and Sociology*, v.63, n.5, novembro 2004.
- THERBORN, Goran. *Science, class & society*. Londres: Verso, 1980.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *O desencantamento do mundo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SCHROEDER, Ralph & SWEDBERG, Richard. Weberian perspectives on science, technology and the economy. *British Journal of Sociology*, v.53, n.3, p.383-401, setembro 2002.
- SOMBART, Werner. *El burgués*. Madrid: Alianza Universidad, 1972
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Brothers, 1942.
- TRIGILIA, Carlo. *Sociologie économique*. Paris: Armand Colin, 2002.
- TURNER, Bryan. *The Structuralist Critique of Weber's Sociology*. The British Journal of Sociology, Vol. 28, n.1, p.1-16, março 1977.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System analysis: an introduction*. London: Duke University Press, 2004.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, Vol.1. Brasília: Editora UnB, 2009 (a).
- _____. *Economia e Sociedade*, Vol.2. Brasília: Editora UnB, 2009 (b).
- _____. *História geral da economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.